

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Instrução Normativa STN n.º 1, de 15 de janeiro de 1997, com alterações posteriores, é a norma que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos. Em consonância com o estatuído por essa norma, julgue os itens a seguir.

- 76** É vedado destinar recursos públicos como auxílios ou subvenções às instituições privadas.
- 77** É vedada a inclusão, tolerância ou admissão nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica.
- 78** Assinado o convênio, a entidade ou órgão concedente dará ciência do mesmo à assembléia legislativa ou à câmara municipal respectiva do conveniente, quando for o caso.
- 79** O convênio ou plano de trabalho, quando se tratar de destinação por portaria ministerial, somente poderá ser alterado mediante proposta do conveniente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de noventa dias antes do término de sua vigência.
- 80** A eficácia dos convênios e de seus aditivos, qualquer que seja o seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data.
- 81** A liberação de recursos financeiros por força de convênio, nos casos em que o conveniente integre os orçamentos fiscal e da seguridade social, constituirá despesa do concedente, e o recebimento, receita do conveniente.
- 82** Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no plano de trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, vedada a aplicação no mercado financeiro.
- 83** A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao plano de trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do governo federal.

- 84** A função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente, dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas do convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução.
- 85** Quando o convênio compreender a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do acordo ou ajuste.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para financiar a despesa e será precedida de exposição justificativa. Desde que não comprometidos, os recursos para este fim incluem

- 86** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- 87** o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, deduzida a importância dos créditos adicionais autorizados no exercício.
- 88** a reserva para riscos fiscais.
- 89** os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e extra-orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.
- 90** o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A respeito dessas normas, julgue os itens que se seguem.

- 91** Os entes da Federação ficam proibidos de instituir regime próprio de previdência social para seus servidores.
- 92** O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal cuja composição é a seguinte: representantes do Poder Executivo de todas as esferas de governo e de entidades técnicas representativas da sociedade.

93 A prestação de contas efetuada pelos chefes do Poder Executivo evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

94 As contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito da União, exclusivamente pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que consolidará as contas de todos os tribunais superiores.

95 O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

Consoante a Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens seguintes acerca da escrituração das contas públicas.

96 A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

97 A despesa e a assunção de compromissos serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

98 As demonstrações contábeis compreenderão, isoladas e conjuntamente, as transações e as operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, excluída a empresa estatal dependente.

99 As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

100 As operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

101 A demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

102 No caso das demonstrações conjuntas, serão excluídas as operações intragovernamentais.

No que concerne à importância do controle na gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

103 A monitoração ou *forecasting* é o relatório do projeto e dos beneficiários do programa. Os beneficiários são a finalidade fundamental de empreender projetos e programas. Os diretores estão geralmente mais interessados na entrega dos beneficiários do que no projeto, que são os meios de entregar os beneficiários. Estão também mais interessados nos relatórios que lhes dizem em que nível de beneficiários está o projeto do que em saber quando o projeto será entregue e qual o seu custo.

104 O planejamento e a avaliação, constantes do esforço da gerência de projeto, serão de importância crescente em projetos complexos. O gerente de projeto tem como obrigação avaliar periodicamente o esforço da gerência nos modelos, nos métodos e nas ferramentas a serem utilizados.

105 Um projeto é considerado um sucesso quando, ao ser finalizado, constata-se que contemplou todo o seu planejamento inicial, foi controlado desde a sua fase inicial até o encerramento e desenvolvido de forma correta, assegurando a minimização dos impactos ocasionados pelas mudanças de rumo durante sua execução.

A respeito do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, ora em tramitação no Congresso Nacional, julgue os itens que se seguem.

106 Os programas, no âmbito da administração pública federal, como instrumento de organização das ações de governo, são aqueles integrantes do PPA e os que vierem a ser incluídos mediante as Leis Orçamentárias Anuais para o período.

107 O somatório das metas físicas dos projetos estabelecidas para o período do PPA, respeitada a respectiva regionalização, constitui-se em limite a ser observado pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

108 Os valores consignados a cada ação no PPA constituem limite a ser observado pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

109 Cada projeto de lei de revisão do PPA acrescentará, a título de informação, dois novos exercícios físico-financeiros à projeção do Plano Plurianual.

110 Os pactos de concertação abrangerão os programas e ações que contribuam para os objetivos do PPA em nível estadual e sub-regional, e definirão as condições em que a União, os estados e o Distrito Federal (DF), os municípios e a sociedade civil organizada participarão do ciclo de gestão desse plano.

111 As codificações de programas e ações desse plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais, e nas leis de revisão do Plano Plurianual.

112 Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de projetos que estejam especificados no PPA, observados os montantes de investimentos correspondentes, vedada sua alteração nas leis de revisão.

113 O PPA e seus programas serão bimestralmente avaliados.

114 O Poder Executivo poderá firmar compromissos, agrupados por sub-regiões, com estados, DF e municípios, na forma de pacto de concertação, definindo atribuições e responsabilidades das partes, com vistas à execução do plano e de seus programas.

115 O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada na avaliação e revisão do Plano Plurianual.

Na administração pública, as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão a regras definidas em lei. Quanto a essas regras, julgue os itens subseqüentes.

116 A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, sem quaisquer exceções cabíveis a essa regra.

117 Nos casos explicitamente previstos em lei, é possibilitada a inclusão, no objeto da licitação, da obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

118 Nos casos explicitamente previstos em lei, é possibilitada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.

119 Será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

120 A execução das obras e dos serviços deve ser programada, sempre, em sua totalidade, com previsão de seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Na administração pública, as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecem as normas estabelecidas em lei. Nos projetos básicos e executivos de obras e serviços, os requisitos considerados incluem

121 participação de empresas de capital nacional.

122 funcionalidade e adequação ao interesse público.

123 possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no Brasil e que não precisem ser importadas.

124 facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço.

125 adoção das normas técnicas adequadas de saúde e de segurança do trabalho.

Desde o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou da administração de documentos após a Segunda Guerra Mundial. Acerca do conceito de gestão de documentos, julgue os itens seguintes.

126 Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

127 No Brasil, o conceito de gestão de documentos é inexistente na literatura e na legislação, apesar de seu reconhecimento internacional.

128 A gestão de documentos pode ser dividida em três fases: produção; utilização e conservação; destinação.

129 A classificação, uma das principais funções arquivísticas, não está contemplada no conceito de gestão de documentos.

130 A gestão de documentos inibe a eliminação de documentos de valor permanente, contribuindo para que as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente.

Em relação à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

131 O Estado responde objetivamente em relação aos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Nesse sentido, todas as pessoas jurídicas que integram a estrutura da administração pública serão responsabilizadas na modalidade de risco administrativo, sendo-lhes possível alegar, em sua defesa, que o dano foi causado por eventos da natureza, pelo homem ou por culpa exclusiva da vítima, situações essas que excluem ou atenuam a responsabilidade.

132 A responsabilidade por atos omissivos da administração nas situações de falta do serviço, nas modalidades inexistência e funcionamento com atraso ou com defeito, denomina-se culpa administrativa ou anônima e exige do administrado, para efeito de indenização, a comprovação do nexo de causalidade entre a falta de serviço e a lesão sofrida.

133 As ações que visam à recomposição de danos causados por agentes públicos, agindo nessa qualidade, deverão ser respondidas pelas pessoas jurídicas correspondentes e, subsidiariamente, pelos servidores responsáveis.

A respeito de licitação e de contrato administrativo, julgue os itens que se seguem.

134 Os contratos regulados pela Norma Geral de Licitações regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

135 É lícito à administração introduzir alterações em edital de licitação, devendo, em tal caso, renovar a publicação do aviso por prazo igual ao original, sob pena de frustrar a garantia da publicidade e o princípio formal da vinculação ao procedimento.

136 De acordo com o texto constitucional, o procedimento licitatório deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, sendo possível a realização apenas de exigências quanto à qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. Nesse sentido, a regularidade junto à seguridade social é exigência feita pelo legislador que supera a determinação da lei maior.

Em relação aos vícios e à revogação dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

137 De acordo com a doutrina mais recente, combinada com a legislação federal vigente, o ato administrativo praticado por sujeito incompetente, ressalvados os casos de competência exclusiva, podem ser convalidados.

138 O vício relativo à finalidade, também conhecido como abuso de poder, é de difícil comprovação; todavia, é possível inferi-lo a partir de análise acurada de alguns elementos constitutivos do ato, tais como a motivação insuficiente ou contraditória, a inadequação entre os motivos e os efeitos e a irracionalidade dos procedimentos, entre outros.

139 O conteúdo da revogação é o ato administrativo que produz efeitos inconvenientes e inoportunos, enquanto a finalidade é a extinção da relação jurídica criada pelo ato revogado.

A respeito dos princípios e das normas que regem a administração pública, julgue os itens seguintes.

140 Pelo princípio da motivação, exige-se da administração a referência do dispositivo legal que embasa o ato manifesto e a precisão dos elementos que concretamente concorreram para a formação da convicção do administrador, não se exigindo tal disposição em relação aos atos vinculados.

141 De acordo com o ordenamento jurídico vigente, a extinção de órgãos públicos é competência privativa do presidente da República e pode ser feita mediante decreto autônomo.

142 As agências reguladoras, na condição de entes integrados à administração indireta, submetem-se ao princípio da especialidade. Assim, cada agência é especializada na matéria que lhe foi atribuída por lei.

Quanto aos atos administrativos e aos poderes da administração, julgue os itens subseqüentes.

143 O poder normativo concedido às agências reguladoras deve ser entendido como regulação da própria atividade da agência, a qual pode explicitar conceitos jurídicos indeterminados contidos na lei sem, no entanto, inovar a ordem jurídica. Difere, portanto, do poder regulamentar conferido, privativamente, ao chefe do poder executivo a fim de expedir regulamentos para a fiel execução das leis.

144 Defeitos ou vícios que, eventualmente, maculem um ato administrativo podem ser suscitados como argumento válido para o não-cumprimento das decisões emanadas por autoridade administrativa cujo fundamento de validade seja o ato questionado.

145 A discricionariedade no poder disciplinar circunscreve-se à escolha da penalidade e à gradação da pena; contudo, em relação à existência da falta e aos motivos pelos quais a administração embasa a punição, não é possível prescindir da motivação do ato sancionador.

Originária da psicologia e objeto de estudo de várias ciências como a antropologia, a sociologia, a engenharia social etc., as relações humanas constituem um recurso, um instrumento, uma poderosa ferramenta que tem um considerável impacto sobre o sucesso de cada área da vida. Com relação a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

146 De modo geral, as relações interpessoais não são frutos do acaso nem da intuição, mas resultado de um esforço voluntário e consciente das pessoas.

147 A inteligência emocional tem maior impacto nas relações humanas profissionais que nas relações pessoais.

148 As pessoas geralmente têm objetivos e interesses diferentes e essas diferenças podem produzir alguma espécie de conflito nas relações humanas.

149 Pessoas com talento para lidar com outras são mais flexíveis e adaptáveis ao contexto social. Isso é válido somente para pessoas com histórias de relacionamentos interpessoais bem sucedidos.

150 No contexto do trabalho, é correto afirmar que as relações humanas serão favorecidas se houver a compreensão dos líderes de que o empregado deve ser tratado como um ser humano completo, cujas aspirações são de ordem econômica, psicológica e social.